

O “NOTÁVEL EMPREENDIMENTO”: ESTADO NOVO, PROPAGANDA POLÍTICA E RADIODIFUSÃO EM SERGIPE

Dilton Cândido Santos Maynard¹

O telegrama chegou à sede do governo em meio a outros comunicados corriqueiros. Contudo, logo chamou a atenção e rapidamente estava nas mãos do Interventor. Ali, naquele pedaço de papel, havia motivos para olhares satisfeitos e cumprimentos mútuos. Afinal de contas, um projeto trabalhoso era, enfim, reconhecido pelo homem que inspirara tudo aquilo. Era fevereiro de 1939 e, depois de anunciada a criação do Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE) em Sergipe, Getúlio Vargas, chefe do Estado Novo, manifestou-se oficialmente: “*tenho satisfação acusar recebimento comunicação seu telegrama propósito notável empreendimento seu governo. Cordiais saudações*”. A imprensa local, já policiada naqueles tempos, aplaudiu e alardeou as palavras do ditador, reproduzindo o comunicado. Evidentemente, a censura e o policiamento cultural não se iniciaram com o DPDE. No entanto, o novo órgão conferiu maior sistematicidade ao controle cultural. Trata-se de um movimento gradativo de centralização. Algo que a carta constitucional de 1937 já sugeria². É este o processo que analisarei a seguir. Através desta exposição, busco apresentar como se deu a construção de um organismo estatal inteiramente dedicado a propagandear os atos e projetos dos homens do governo e, ao mesmo tempo, implantar um novo veículo de comunicação de massa - a primeira radiodifusora sergipana. O surgimento do DPDE é meu ponto de partida.

O DPDE marca a dupla pretensão do governo estadual em gerenciar a cultura e realizar auto-propaganda. Acompanhando o ritmo do resto do país, a Interventoria sergipana incorporou o discurso da propaganda política como preponderante na condução das massas³. Idealizado como gerente da vida cultural, o DPDE mostrou empenho no cumprimento de suas funções. Até a sua transformação em DEIP (1941), o Departamento de Propaganda envolveu-se com os eventos mais diversos. Eis alguns deles: Semanas “Tobias Barreto”, “Eronides de Carvalho”, “da Criança” e da “Pátria”, desfiles cívicos, concursos carnavalescos e competições esportivas. Além disto, o órgão publicou livretos acerca do Estado Novo e sobre as realizações do interventor federal, na época, Eronides de Carvalho. Inicialmente dirigido pelo

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E- Mail: <dilton_maynard@hotmail.com>.

² O telegrama é datado de 4 mar. 1939. Cf. “‘NOTÁVEL empreendimento’ é o que considera o Departamento de Propaganda de Sergipe o Presidente Getúlio Vargas”. *O Nordeste*, Aracaju, 7 mar. 1939, p. 1; GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990.

³ CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998, p. 39.

bacharel João Marques Guimarães, o órgão contava com um número modesto de funcionários. Quando necessário, este problema era enfrentado com a convocação de servidores de outras repartições. Além disto, muitos dos envolvidos não se fixavam ao órgão, tendo nos jornais, revistas e escolas da capital o seu ganha-pão⁴.

Em 1941, o DPDE tornou-se DEIP. No novo órgão, merecem destaque os diretores Luiz Pereira de Melo e Severino Uchôa por seu compromisso com a proposta ditatorial à cultura. Sediado no Salão Nobre da Biblioteca Pública Estadual, o DEIP fiscalizou a vida cultural sergipana até os primeiros meses de 1945. Neste ano, a abertura política, trazida com a II Guerra, promoveu a “demolição” do órgão. Após uma vigilância de seis anos, emergiram críticas à existência do aparelho censor. O *Correio de Aracaju* atacou: “O DEIP de Sergipe foi, talvez, entre todos os seus irmãos o que soube morrer. Coerente com a vida foi o seu último dia, o dia da sua morte. Se vivia para a mentira oficial, os seus últimos dias deveriam ser dentro da mesma conduta”⁵. A nota refere-se à lentidão do órgão em cessar o seu funcionamento. As críticas não pararam por aí.

O DEIP é apontado como “instrumento de tortura da inteligência democrática sergipana”, acusam-no de querer “matar a cultura” e “matar os anseios da liberdade popular”⁶. É possível dizer que a fragilidade que o Estado Novo apresentava em 1945 possibilitava tais posturas diante do DEIP, um órgão que aperfeiçoou aquilo que o DPDE promovia. Os ataques ao DEIP, no ano em que também caiu o Estado Novo, são também à matriz do controle da informação: o Departamento de Imprensa e Propaganda ou simplesmente DIP. Afinal de contas, é possível perceber uma divisão hierárquica de trabalhos entre estes dois aparelhos. Como explica Silvana Goulart, por definição, o DEIP tinha um papel basicamente executivo. A elaboração de normas ficava a cargo do DIP⁷. A censura, por exemplo, foi uma arma dipiana que o DEIP/SE manejou sem receios.

Se em 1939, mesmo com o policiamento, ainda vinham à tona nos jornais e revistas, temas que contrariassem ao regime, em 1942 o panorama apresentava-se mais fechado. Deste modo, versos como “*Morena boa que passa/com sua graça infernal/Remexendo com nossa graça/Deixando a gente até mal*”, dão lugar a composições mais comportadas. Em 1942, a Aperipê lançou a canção intitulada *Meu Brasil*:

O Meu Brasil / Brasil! / Meu Brasil!... / Terras de encantos / E de belezas mil; / Aqui a natureza / Deixou toda a riqueza / E a imensa grandeza / Deste céu de anil! / Viva a lourinha, / viva a mulata, / Viva a cabocla /

⁴ O quadro do DEIP apresentava, aproximadamente, 24 funcionários. Alguns nomes constantes no livro de ponto: Armando Barreto (Chefe de Turismo e Divertimentos Públicos); Deocindo Nascimento (Chefe da Divisão de Imprensa e Divulgação); Evandro Santos (Chefe Técnico de Rádio); João Dantas de Brito Lima (Redator-Chefe). LIVRO para lavratura dos termos de compromisso dos funcionários do DEIP. Cf. Fundo Governo do Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES, Cx. G7-100. Fundo Governo.

⁵ “DIP’s e DEIP’s”. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 26 mai. 1945, p. 4.

⁶ “SALÃO de artes”. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 7 abr. 1945, p. 3.

⁷ GOULART, *Sob a verdade...*

*que nasceu na mata... / Viva a morena / e a negra morena também, /
Preconceitos de raça, / o Brasil não tem.*⁸

Marcha disciplinada. À malandragem, ao amor boêmio, os compositores foram incentivados pelo DIP (e DEIPs) a exaltarem a brasilidade. O regramento social ganhou espaço invejável nas composições. Canção boa era canção cívica⁹.

Portanto, em Sergipe a radiodifusão surgia atrelada à idéia de propaganda ideológica. Algo imprescindível ao Estado Novo. Entretanto, o esforço pelo controle dos meios de comunicação - e, conseqüentemente, da opinião pública - marca o regime varguista mesmo antes do Estado Novo¹⁰. Em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, surgiu o primeiro texto legal especificamente dedicado à radiocomunicação - Decreto-Lei n. 20.047. Com isto, o Estado reservava para si o direito de concessão de freqüência. No ano seguinte, um novo decreto (n. 21.111) autorizava a veiculação de propaganda radiofônica. Isto constituiu um incentivo fundamental para o surgimento de emissoras pelo Brasil durante os anos 30. As Rádios Mayrink Veiga, Cruzeiro do Sul, Philips do Brasil são produtos deste processo¹¹. Contudo, o DPDE enfrentou um empecilho técnico para implementar a radiodifusão. O motivo estava na freqüência da futura emissora sergipana. Graças a isto, a Interventoria local e a Comissão Técnica de Rádio (CTR) do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) gastaram larga burocracia.

Após a requisição do Interventor Eronides de Carvalho, feita ainda em 1937, para a concessão de uma rádio com potência de 1 KW, a CTR apresentou algumas restrições. O comitê exigia faixa entre 5 e 10 KW. Só assim a concessão seria outorgada. Com 1 KW, a rádio não atingiria todo o estado. Conforme o relatório da CTR, “o emprego de potência menor importaria na redução considerável da área de serviço da estação, tornando-a praticamente nulla, em virtude da existência de estações maiores funcionando na mesma freqüência”. Concluía a comissão que não interessava do “ponto de vista da rede nacional de radiodifusão, o estabelecimento naquella cidade de uma estação com potência de 1KW”¹².

Político astuto, o Interventor Carvalho procurou contornar a situação afirmando que o “*Governo do Estado de Sergipe envidará todos os esforços e tomará todas as providências necessárias para que essa potência seja elevada a 3 KWs dentro do mais breve espaço de tempo possível*”. Ao mesmo tempo em que fazia a promessa,

⁸ O Nordeste, Aracaju. 26 jan. 1939. ALVES, Carlos. “Carnaval”. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 13 jan. 1942, p. 2.

⁹ Cf. CABRAL, Sérgio. “Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira”. In: _____. *ABC de Sérgio Cabral: um desfile dos craques da MPB*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979 (Col. “Edições do Pasquim”, v. 55), p. 52-69.

¹⁰ LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana ou como as imagens comemoram o regime”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.7, n. 14, jul./dez. 1994, p. 243.

¹¹ MARTINS, Valvênio & REIS, Sirlene. “Os donos da Voz”. *Retrato do Brasil*, São Paulo, Editora Três, Político Editora, n. 4, 1984, p. 43-47.

¹² MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Comissão Técnica de Rádio. Permissão para estabelecimento de uma estação radiodifusora na cidade de Aracaju. Proc. 46.922/937. Relator: Humberto de Arêa Leão. 11 out. 1937. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

o interventor requisitou o “*caráter provisório*” para a estação de 1KW¹³. Inicialmente, a rádio não obteve a tal concessão temporária. Contudo, isto não quer dizer que ela não funcionou enquanto a peleja técnico-burocrática se desenrolava.

Em documento enviado a Getúlio Vargas, o ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima, noticia que a estação sergipana achava-se em experiência antes mesmo da concessão, com seu 1 KW de potência, e “*continuando, assim, a transgredir as disposições legais relativas à matéria, inclusive o art. 50 do decreto n. 21111*”. De acordo com este documento, ressalvados os casos previstos no regulamento, nenhuma estação poderia ser montada sem prévia aprovação do local escolhido e dos planos das respectivas instalações¹⁴. Ou seja, a emissora era ilegal.

A disputa pela concessão, iniciada em 1937, entre a Interventoria e a CTR durou até 1939. A razão para as críticas ao funcionamento da rádio sergipana relacionava-se tanto à frequência - que poderia gerar contratempos diplomáticos - , quanto à ilegalidade das irradiações sem prévio aviso. Ocorre que, ao ocupar a faixa de 1 KW, a Aperipê poderia interferir nas irradiações das emissoras de Buenos Aires, Argentina¹⁵. Contra isto, os procuradores de Sergipe argumentaram alegando que o decreto n. 24.555 (artigo 4º) fixava uma potência máxima, não proibindo a utilização de outras faixas. Os causídicos questionaram ainda a real distância entre Aracaju e a capital portenha, bem como as possibilidades de interferência. Por fim, a CTR transferiu a questão ao alto escalão governamental:

*A CTR havia pois feito suas exigências no intuito de salvaguardar interesses da radiodifusão nacional e do próprio Estado. Se esse não pretende ou não pode porém, atender a essas ponderações, não vê como negar-lhe a permissão pedida para uma estação de 1 KW.*¹⁶

Apesar de toda a indignação presente nos pareceres da CTR, a Interventoria obteve a concessão. Em junho de 1939, o Diário Oficial publicava o Decreto n. 328, concedendo a Sergipe permissão para executar radiodifusão. Dentre as inúmeras cláusulas do contrato firmado entre o Estado e a União, apareciam as finalidades da rádio: administrativa, intelectual e instrutiva. Entre as incumbências, a de “*manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticadas com o visto do órgão*

¹³ PALÁCIO DO INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE. Gabinete da Interventoria. Frequência para estação radiotelefonica. Eronides Ferreira de Carvalho. 15 jan. 1938. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

¹⁴ MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Proc. n. 21.640/38. João de Mendonça Lima, 13 out. 1938.

¹⁵ Esta questão aparece resolvida em 1940. Cf. ARGENTINA. Dirección General de Correos y Telégrafos. Contestar consulta sobre asignación de las frecuencias de 1470 e 1480 LC/s. Adolfo T. Cosentino. Buenos Aires, 5 jul. 1940. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

¹⁶ Cf. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Secretaria Geral de Estado - 3ª seção. Diretoria Geral de Contabilidade. Proc. 6.908/39. Murilo Araújo. 24 abr. 1939. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

fiscalizador”¹⁷. O contrato de concessão determinava a preocupação com o refino intelectual via rádio, bem como o empenho no policiamento daquilo que seria difundido pelo novo veículo comunicador.

A historiografia sobre o Estado Novo¹⁸, em diversas obras, chamou a atenção para o projeto de intervenção cultural lançado naqueles tempos. Tratava-se de empreender ações governamentais que possibilitassem um controle na circulação de idéias, de modo a haver reforço ou abandono de representações existentes na época. No caso sergipano, o rádio seria o mais novo elemento na “rede” local de informações. Embora único, era possuidor de largo poder de abrangência. Por isso, todos os cuidados. Na leitura de boletins diários, por exemplo, nada de comentários. O radialista era a “*Voz do Governo*” junto ao povo. Não lhe cabia tecer considerações. Não lhe cabia colocar percalços no itinerário simbólico. Afinal de contas, Denis Moraes adverte que, “*quando o significado não é reconhecido no processo de decodificação, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária*”¹⁹.

No entanto, antes de encorpar a pretensa “rede” em Sergipe, a radiodifusão foi precedida por uma espécie de circuito fechado de comunicação - a Rádio Palácio do Governo (PYD-2). Sobre ela, foi dito que era basicamente um serviço de alto-falantes. Mas a PYD-2 parece haver ultrapassado a sua limitada projeção. Funcionando na faixa do Exército, serviu também como laboratório para as estratégias a serem utilizados na futura Rádio Difusora. Além disto, enquanto a radiodifusão sergipana não estava normalizada, coube à PYD-2 alimentar o “mito Vargas” em Sergipe. Mesmo com pouco poder de alcance e reduzido tempo de transmissão, esta emissora contribuiu na confecção da pátina salvacionista para o novo regime²⁰.

Com a PYD-2, através de um sistema quase inteiramente fechado, o rádio sergipano apresentava pretensões de veículo de massa. Pretensão, até certo ponto, antiga. A Lei n. 45, de novembro de 1936 (artigo 1º) determinava o seguinte: “*fica o Governo de Estado autorizado a despender até a quantia de duzentos contos de réis (200:000\$000), para instalar (...) uma estação de radiodifusão, nos moldes da*

¹⁷ BRASIL. Decreto n. 4328 - 30 jun. 1939. Concede permissão, ao governo do Estado de Sergipe, para estabelecer uma estação radiosdifusora em Aracaju, naquele Estado. *Diário Oficial* (seção I): Aracaju - Sergipe, 19 jul. 1939.

¹⁸ O Estado Novo tem recebido, nos últimos anos, um número considerável de trabalhos contemplando o campo da cultura. Podemos indicar alguns trabalhos que ajudaram a rever este campo nos últimos anos: LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPURS, 1997. TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPURS, 1999. GOULART, *Sob a verdade...* CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

¹⁹ MORAES, Dênio de. “Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural”. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br>> Acesso em: 20 dez. 1998.

²⁰ MARQUES Guimarães: a primeira voz. *Jornal Aperipê*, Aracaju, 30 jun. 1995, p. 5.

legislação federal”²¹ (Grifos nossos). A PYD-2 centralizava seus trabalhos para a transmissão de palestras e comunicados oficiais. Originalmente, o serviço tinha a função de manter a comunicação interna entre a Polícia local, o Exército e o Palácio do Catete. Não se tratava, assim, de uma rádio que buscava um público mais amplo ²².

Todavia, enquanto não dispôs da radiodifusão, a interventoria improvisou com a PYD-2. O DPDE ocupou a emissora como pode. Já em janeiro de 1939, a propaganda estatal utilizava-se da PYD-2 para comemorar o “Dia do Município”. O leque de colaboradores apresentava, entre outros, Fernando Porto (engenheiro), Deolindo Nascimento (jornalista) e Epifânio Dória (representante do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, IHGS). Durante a sua fala no evento, este último abordou a história de Aracaju. A palestra, encomendada pelo prefeito da Capital, Godofredo Diniz, apresentava sutilmente pontos da pedagogia radiofônica. Dória parece ciente das diferenças entre a mensagem impressa e a radiofônica: *“tentaremos, pois, dentro das injeções do momento, perpetrar um arremedo da história de Aracaju, sem as minúcias que uma palestra de rádio não pode comportar”*. Deste modo, conforme deixa escapar Dória, a mensagem deveria ser clara, objetiva. A sua emissão deveria ocorrer de modo a não exigir nenhum esforço intelectual por parte do receptor.

Outro aspecto que pode ser apontado nesta palestra é o ar de intimidade que ela possui - embora, lembre-se, ainda não se trate de radiodifusão. Dória ilustrou Aracaju como uma figura feminina. Utilizou-se da visão de “Tabárea sacudida” que seduz o prefeito. Assim, falando de um namoro, de um jogo de sedução, de uma mulher caprichosa, Epifânio apresentava meios de incrustar o político nos ambientes domésticos²³.

Ainda sobre eventos como o “Dia do Município”, devemos considerar também o redimensionamento que a categoria mito recebeu no Estado Novo. Um dos principais ideólogos do regime, Francisco Campos, atribuía ao mito um papel essencial na sustentação no novo governo. Campos via nele uma espécie de *“chave para o futuro”*. O mundo desordenado que precedera o Estado Novo precisava de novos conceitos para regê-lo. Neste aspecto, a realização da Semana Eronides de Carvalho pelo DPDE em 1939 foi exemplar.

Durante a execução deste evento, os elogios abarrotavam-se nas ondas do rádio. Newton Almeida Morais - jornalista representante do Departamento Agrícola - declarou, na última noite da Semana:

(...) negar a Eronides de Carvalho o dinamismo da sua ação como administrador e dos seus constantes desvelos pela sempre crescente

²¹ SERGIPE. Lei n. 45 - 28 nov. 1936. Autoriza o governo do Estado a instalar uma estação radiodifusora em Aracaju. *Diário Oficial*, Aracaju, 28 nov. 1936, p. 2625.

²² PALÁCIO DO INTERVENTOR FEDERAL DE SERGIPE. Gabinete da Interventoria. Permissão para transmitir boletim noticioso. Aracaju, 25 set. 1938. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

*valorização da agricultura sergipana, seria renegar o calor do sol na inviolabilidade característica do Cetro de Astro-Rei.*²⁴

A elaboração de programas radiofônicos, ainda que num modelo extremamente precário, foi uma das estratégias da gestão Eronides de Carvalho na tentativa de mitificá-lo junto à sociedade. Ele e, obviamente, Getúlio Vargas. A estratégia utilizada junto a Eronides pode ser vista como uma apropriação, em escala molecular, do mito Vargas.

Basicamente, o “mito Vargas” caracteriza-se pela atribuição de capacidades extraordinárias ao chefe do Estado Novo. É um trabalho sistêmico que, passo a passo, dota Getúlio Vargas de uma aura sacralizada. Mas este procedimento também foi utilizado pelos interventores nos Estados. Como em outras ocasiões, as palestras da “Semana Eronides de Carvalho” apresentavam-se fartas em adjetivos ao interventor. Assim, do poeta J. G. Duarte vêm as expressões “*médico dos pobres*” (inspirado na profissão do interventor), “*fidalgo*”, “*humanitário*” e “*benemérito homem da ciência*”²⁵. Componente fundamental à ideologia estadonovista, o mito Vargas foi algo fabricado e não uma expressão espontânea da cultura popular ou da cultura nacional. Para edificar-se, o mito Vargas utilizou-se da máquina estatal, sendo os meios de comunicação as portas de mais fácil acesso à sua difusão.

Este mito pode ser visto como “*uma original tentativa de reordenar o político nacional através de uma relação fundamental, estabelecida entre o nosso Cezar, Getúlio, e as massas - principalmente - urbanas do país*”. Tal mito deveria aproximar-se da cotidianeidade. Nele, as virtudes repetem-se. As biografias assumem um caráter hagiográfico. Os relatos sobre Eronides de Carvalho parecem aproximar-se deste modelo. O interventor sergipano é um “*paladino*”, um “*benfeitor*”, compara-se ao calor cotidiano do sol. A preocupação em diversificar os segmentos sociais relaciona-se com a concepção político-ideológica do regime em reafirmar que as diversas categorias sociais convergem para ele.²⁶

Portanto, é necessário, que a sociedade - tal qual um corpo uno e indivisível - esteja à sombra do líder²⁷. O próprio Eronides de Carvalho declarou que, antes do Estado Novo, “*a opinião pública, desorientada, minada pelos demagogos e irresponsáveis, permanecia atônita, sem autoridade para julgar os atos dos governos e esperando que alguém a conduzisse*”. As comparações entre o interventor

²³ DÓRIA, Epifânio. “Aracaju” (Palestra lida na rádio PYD-2 a 1º jan. 1939). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 18, v. XVIII, 1943-1945, p. 70. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1987, p. 28-29.

²⁴ SEMANA Eronides de Carvalho. DPED (PYD2), de 27 de março a 1º de abril, e nas solenidades comemorativas do dia 2 abr. 1939. Aracaju: DPED/ Impr. Oficial, 1939, p. 78 e 68.

²⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “O dono da casa: notas sobre a imagem do poder no ‘mito Vargas’”. *Religião e Sociedade*, v. 13, n. 2, ISER/CER, jul. 1986, p. 104. DUARTE, J. G. in: SEMANA Eronides de Carvalho, p. 13-16.

²⁶ ARAÚJO, “O dono da casa...”, p. 108.

²⁷ VELLOSO, *Os intelectuais e a política...*, p. 72.

sergipano e o Presidente da República concentram-se, sobretudo, na repetição de argumentos para designar o primeiro um aliado perfeito, alguém à altura de Vargas.

Assim, Eronides de Carvalho é “*homem-inteligência, homem-bondade, homem-trabalho, homem-honestidade*”. Nele estão a prudência, a justiça, a abnegação e o patriotismo²⁸. Tal qual Vargas, Eronides surge como alguém predestinado a governar. Um decepcionado com as deficiências do velho modelo liberal de República. Como o presidente, o interventor é luz nas trevas, harmonia no caos, um “*Homem-Coração*”.

A PYD-2, porém, não era uma radiodifusora. Apesar dos esforços, seu alcance era limitado. Aparentemente, a posterior concessão para o funcionamento de uma radiodifusora não iniciou a pedagogia radiofônica estadonovista. Ela a catapultou. Contudo, isto tratava-se de um projeto. Os seus efeitos devem ser questionados. O planejamento para efetivar a radiodifusão foi permeado por intrigas burocráticas, dificuldades orçamentárias e técnicas, que legaram lacunas até mesmo às narrativas sobre o seu surgimento em Sergipe.

A Aperipê (ou PRJ-6) é alvo de muitos desencontros quanto ao seu surgimento. Apesar da documentação indicar o seu estabelecimento em 1939, antes já havia a pretensão para sofisticar o rádio local. Porém, mesmo após a concessão federal, a PYD-2 continuou, por bom tempo, como a “*rádio sergipana*”. De acordo com a Revista do IHGS, as irradiações da Aperipê tiveram início em junho de 1940, “*em caráter experimental, nos estúdios situados à casa de máquinas no bairro Siqueira Campos*”. A mesma fonte informa ainda que “*a 19 de abril de 1941 foram transferidos os estúdios para o edifício do IHGS*”²⁹. Observe-se que a transferência dos estúdios em 19 de abril, aniversário de Vargas, suscita a preocupação em promover a figura do chefe do regime, relacionando-o continuamente com um novo tempo (simbolizado nas novas instalações). Além disto, a ocasião da data natalícia do presidente poderia ainda servir como oportunidade para relacionar a predestinação do “*chefe supremo*” e do chefe local. Ambos seriam exemplos de realizações.

Por sua vez, a Folha da Manhã anuncia, em julho de 1942, o surgimento da Rádio Aperipê: “*agora, de momento a momento, estará no ar transmitindo ao Brasil inteiro a voz tonitruante do pequenino-Sergipe*”. A nota menciona o primeiro contrato da emissora - o Conjunto Aperipê e os cantores João Melo e Guaracy Leite França. Por fim, um “*terceiro*” surgimento é apontado no jornal comemorativo da Fundação Aperipê (1995). Este informativo vê em 1939 o ano inicial da Aperipê: “*A nova Rádio Aperipê de Sergipe funcionou, provisoriamente, com um pequeno estúdio montado numa das salas do Palácio do Governo, mais tarde, foi transferido para o Instituto Histórico de Sergipe*”³⁰.

Tamanha controvérsia pode ser explicada, em parte, pela postura do próprio DPDE e interventoria diante das exigências técnicas da CTR e do Ministério da

²⁸ SEMANA Eronides de Carvalho, p. 137 e p. 103.

²⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 6, 1957, p. 338.

³⁰ Folha da Manhã, Aracaju: 10 jul. 1942, p. 03. “GETÚLIO Vargas assinou...”. Jornal Aperipê, Aracaju, Fundação Aperipê, 30 jan. 1995, p. 5.

Viação e Obras Públicas. Ao que tudo indica, devemos considerar dois tempos: 1. O referente à concessão do serviço de radiodifusão ao Estado; 2. O momento em que estes serviços ocorreram sob a “assinatura” da PRJ-6. O prefixo PYD-2 aparece em várias ocasiões após o primeiro momento³¹.

Exemplo da confusão feita entre o prefixo da PYD-2 e o da Rádio Aperipê (PRJ-6) é a carta-proposta de Leoni Siqueira, humorista da PRA-4 - Rádio Sociedade da Bahia. Diz o documento de agosto de 1939:

*Lendo no jornal ‘A Tarde’ de 26 de julho passado em ‘notícias de Sergipe’ a instauração de uma estação de Rádio, em Aracajú, Difusora Rádio-Aperipê, com o prefixo PYD-2, venho em tempo oferecer á V.S. como diretor da Rádio, os nossos serviços artísticos.*³²

Portanto, o uso do antigo prefixo para designar a Aperipê sugere que a PYD-2, oficialmente circuito fechado de radiocomunicação, possuía práticas que a confundiam com uma radiodifusora. Ou seja, as brechas possíveis foram utilizadas na propaganda estatal. O músico Carnera exemplifica: “*Eu mesmo tomei parte, muitas e muitas e muitas vezes. Mas ali, era como experiência, né? Não era contratado. Não se ganhava nada. Era apenas experiência interna. Era convidado a ir cooperar*”³³.

E, embora o tempo de execução e o espaço para os artistas fossem reduzidos nesta “cooperação”, deve-se atentar para a considerável abrangência que este tipo de evento obtinha. Cartas como a de Guilherme Vasco Ferreira Pedroso, morador de Lisboa, escrita em julho de 1939, revelam até onde a emissora do Governo podia chegar com as suas “experiências”. Diz o lusitano:

*Eu captei a vossa emissora no dia 1-7-939 às 22,24 horas (G.M.T.) tocando o Hino Nacional Brasileiro./ A frequencia era de 31m, 90 aproximadamente e as condições de recepção eram magníficas./ Desejava saber o vosso indicativo porque pertenço a uma liga de Radiófilos portugueses que estão bastante interessados, assim como eu, em saber o indicativo da vossa emissora./ Pareceu-nos ser a PYD-2 mas não temos certeza.*³⁴

Portanto, não era à toa que reclamações surgiam. Sem autorização, o DPDE veiculava propaganda do governo estadual, feria a legislação de radiodifusão,

³¹ A confusão pode ainda ser motivada pela mudança do nome da emissora na gestão do interventor Maynard Gomes. A estação passou a se chamar somente *Rádio Difusora*. O prefixo PRJ-6, contudo, permaneceu e, ao que parece, este novo nome não conseguiu apagar a antiga denominação, motivando assim o seu retorno.

³² LEONI Siqueira. Correspondência. Bahia, 6 ago. 1939. APES, Cx. G7-132. Fundo Governo.

³³ CARNERA. Entrevista realizada em 5 abr. 1999. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *A arma retórica: o uso político do rádio em Sergipe (1939-1945)*. São Cristóvão: UFS, 2003 (Dissertação de Mestrado em Sociologia), p. 153.

³⁴ GUILHERME Vasco Ferreira Pedroso. Lisboa, Portugal, 1 jul. 1939. APES, Cx. G7-132. Ver ainda: JOSÉ Augusto Lino. Lisboa, Portugal, s/d. APES, Cx. G7-132. Fundo Governo.

irritando os responsáveis pelo policiamento “técnico” da área. Paradoxalmente, o policial da cultura em Sergipe caminhava na desordem, pregando a ordem.

Por conta disto, a direção sergipana dos Correios e Telégrafos queixou-se ao diretor geral sobre a estação do Palácio governamental, autorizada a funcionar em tempo limitado e com exclusiva função de irradiar atos oficiais. Reclamou o diretor regional:

Sucedede que a direção desse serviço de irradiação está a cargo do Diretor do Departamento de Propaganda que, varias vezes, me tem procurado para que eu lhe permita fugir da exclusividade, e utilizar a estação para outros assuntos.

Naturalmente, me tenho negado a dar tal permissão; e, para maior garantia de minha ação fiscalizadora e repressora, tenho levado ao conhecimento do Sr. Interventor, os propósitos do seu auxiliar, ouvindo do S.S. promessas de não permitir igualmente, que se firmem tais propósitos.

Nada obstante, abusivamente, o Diretor de propaganda e dirigente da estação rádio, faz irradiar músicas carnavalescas, sambas etc. [...]. Quer me parecer que, o Diretor de Propaganda si não quer aceitar a minha proibição, deveria respeitar a atitude do seu superior, o Sr. Interventor que me prometeu providenciar.³⁵

Realmente. O jornal baiano A Tarde, em janeiro de 1940, menciona a irradiação de canções carnavalescas, executadas em ensaio homenageando o interventor sergipano. “No dia 25”, diz o periódico, “foram irradiados pela P.Y.D.2 os ensaios carnavalescos dos ‘Legionarios de Sergipe’ em homenagem ao Interventor Federal”³⁶. O objetivo de propagandear a Interventoria fazia o diretor do DPDE burlar normas. Provavelmente, apoiado por Eronides de Carvalho que, apesar de garantir impedi-lo diante do pessoal dos Correios e Telégrafos, aparece justamente como homenageado no programa mencionado pelo jornal baiano.

Reclamações diante das escapadas da radiofonia sergipana, como a citada acima, afloram repetidamente na documentação sobre a emissora. Diversas vezes, as autoridades sergipanas desviavam os usos que a emissora poderia ter. Daí, provavelmente, a confusão quanto ao período em que realmente se iniciou a radiodifusão em Sergipe.

Se em janeiro de 1940 há reclamação pela irregularidade do DPDE, em outubro do mesmo ano notifica-se que a “Rádio Difusora” irradiava na frequência de “630 Kc, com a onda de 477 metros” e mantinha “o seguinte horário de irradiação: das 11 às 13 horas, das 17 as 20 e das 21 às 22 horas, retransmitindo também a ‘Hora do Brasil’”³⁷. Antes disto, uma vistoria feita em setembro do mesmo ano informou

³⁵ DIRETORIA REGIONAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DE SERGIPE. Proc. A. 23, n. 46.922/37. Aracaju, 03/02/1940. El. Lemos. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

³⁶ A Tarde, Bahia, 30 jan. 1940.

³⁷ RODRIGUES JR., Cel. Alcides. Requisição de licença definitiva para radiodifusora - Aracaju. Rio de Janeiro: 16 out. 1940. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

o horário de funcionamento da rádio: “19:00 às 20:00 horas, provisoriamente” (grifos nossos). Esta inspeção citava irregularidades na Rádio, tais como pintura da torre irradiante “estragada”, iluminação “deficiente”, ausência de livro de registro, modificações dos esquemas aprovados pelo governo³⁸.

O certo é que após as experimentações realizadas em meados do segundo semestre de 1939, a consolidação da radiodifusora caminhava a passos largos. Finalmente, todos os elementos essenciais estavam reunidos: havia força política, regulamentação técnica, artistas e intelectuais motivados. Ironicamente, após longa contenda técnico-burocrática, a rádio surgia para auxiliar ao grande adversário de Eronides de Carvalho - o coronel Augusto Maynard Gomes (interventor entre 1942 e 1945). Apesar de toda a preocupação com o sucesso da rádio, Eronides não desfrutou inteiramente desta arma. Não obstante, Carvalho explorou tanto a PRJ-6 quanto a limitada PYD-2.³⁹

Embora tenha ficado distante dos recursos que a PRJ-6 obteve durante os anos 40, ainda que houvessem problemas com a transmissão (oficializada somente em outubro de 1938), a PYD-2 transmitiu, entre abril e março do ano seguinte, as palestras da “Semana Eronides de Carvalho”. Neste evento de autopromoção do interventor sergipano, as falas foram veiculadas e enredadas de modo a conferir um “caráter técnico” aos relatos⁴⁰. A construção da figura de Eronides de Carvalho - interventor entre 1937 e 1941 - era reforçada pela natureza distinta de seus subalternos. O DPDE esmerou-se na escolha dos falantes. “Especialistas” em diversas áreas formavam o ciclo de palestras: aparecem como palestrantes, entre outros nomes, Cláudio S. Magalhães (médico), Edson Ribeiro (desembargador), J. G. Duarte (poeta) e João Claro dos Santos (ferroviário). Este último recebeu o halo de “operário ordeiro e culto de Sergipe”.

Em sua fala, João Claro explicita subserviência e adesão ao novo regime: “que poderiam esperar deste humilde ferroviário sem cultura, acostumado exclusivamente a ouvir o tilintar de martelos e o deslizar das locomotivas sobre os trilhos”. Eronides é descrito como “verdadeiro ídolo do nosso povo”. O interventor federal age sob a sombra de alguém maior na mensagem do ferroviário - Getúlio Vargas. O presidente é próximo e amigo na fala de João Claro. É ele que incentiva um homem tão humilde a falar. Na verdade, Vargas “distribui” este direito, como Eronides de Carvalho “distribui” benefícios sociais em Sergipe⁴¹.

Como se vê, a utilização do rádio e de outros mecanismos de comunicação de massa no Estado Novo relaciona-se com a idéia que o Estado autoritário é produto

³⁸ Cf. DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS. Diretoria Técnica de Telégrafos. Laboratório Rádio. Vistoria. 28 set. 1940. Ver também o processo n. 46.922/ 37 (26 dez. 1940) do mesmo departamento. Arquivo da ANATEL/SE, RD-OM-05A, cx. 137.

³⁹ Sobre Maynard Gomes, ver: DANTAS, José Ibarê. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1974.

⁴⁰ SEMANA Eronides de Carvalho.

⁴¹ SEMANA Eronides de Carvalho, p. 17; MONTENEGRO, Antônio Torres. “Vargas: o entardecer da memória”. _____. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 104.

da necessidade coletiva das massas. A massa é definida como uma unidade amorfa, incapaz de racionalização, conseqüentemente vulnerável a ser conduzida (tal qual o ferroviário “ordeiro” e “culto” João Claro) por outros apelos como a emoção e a intuição⁴². Isto nos faz lembrar uma cena de *O Grande Ditador*, em que o barbeiro representado por Chaplin se prepara para atender a um cliente. O rádio instiga: “Este é o programa ‘Hora Feliz’. Trabalhe com alegria! Mova-se ao ritmo da música!”. O rádio, este Orfeu moderno, como escreve Sevcenko, tornou-se presença do dia-a-dia. Os regimes autoritários, em maior ou menor dose, exploraram o veículo com instrumento cotidiano de propaganda ideológica⁴³.

Contudo, Maria Helena Capelato nos lembra que o efeito das mensagens oriundas da propaganda não é unívoco, ou seja, é necessário atentar para o fato de que a incorporação das mensagens não implica na inexistência de desvios. Capelato acredita que embora o objetivo da propaganda seja reduzir, manipular, os resultados são incontrolláveis: “os consumidores inventam, deslocam, distorcem”. Na verdade, no concernente ao rádio, esperava-se dispor do imaginário social enquanto um regulador da vida coletiva. Buscava-se controlar os veículos que arquitetavam as representações sociais e as difundiam⁴⁴.

Por suas próprias características, o rádio apresenta-se como um veículo extremamente útil na difusão da ideologia estadonovista. A instantaneidade nas informações e a comunicabilidade aos não-lettrados foram elementos fundamentais para que o rádio fosse canal constante de campanhas propagandísticas. Assim sendo, pequenas chamadas radiofônicas pedem: “Não seja um descrente crônico, colabore nos trabalhos censitários de 1940” ou “Corresponda à confiança que o Brasil deposita em você. Quando chegar o dia preencha lealmente os questionários do recenseamento”⁴⁵.

Mas, apesar de tantas manobras sobre a propaganda e depois de um embate silencioso com Augusto Maynard, também prestigiado por Vargas, Eronides teve que dar lugar a Milton Pereira de Azevedo. A este último, Pires Wynne chamou “candidato-tampão” - apelido bastante adequado. Azevedo chegou ao poder basicamente para mediar a passagem de Carvalho a Maynard. As denúncias de irregularidades existentes no governo de Eronides de Carvalho fizeram-no cair. De modo a não gerar conflitos desnecessários, Vargas nomeou Azevedo para o cargo então esvaziado. Eronides, por sua vez, foi consolado com o cargo anteriormente

⁴² LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana ou como as imagens comemoram o regime”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v.7, n. 14, jul./dez. 1994, p. 245.

⁴³ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3: *República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 585 ; CHAPLIN, Charles. *O grande ditador* [The great dictator]. Los Angeles: United Artists, 1940. DVD, Stereo, P & B, 128 min., Inglês, legendado. São Paulo: Altaya, s.d.

⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolin. “Propaganda política e construção da identidade nacional e coletiva”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/ Contexto, v. 16, n. 31/ 32, 1996, p. 328-352. BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5: *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

⁴⁵ APES, Cx. G7-132. 1940. Fundo Governo.

ocupado por Maynard Gomes no Tribunal de Segurança Nacional⁴⁶. Mas a mudança do gestor não alterou o trabalho estratégico do órgão criado nos tempos de Eronides.

Aliás, nas mãos dos diferentes interventores, os agentes do DPDE parecem haver se esforçado na construção de representações idealizadas. Tomo como último exemplo os comentários sobre a inspeção do Interventor Eronides de Carvalho ao novo prédio da Prefeitura de Ribeirópolis, no interior sergipano: “*Segundo notícias telegraficas de última hora, a caravana interventorial foi, ali, festivamente recebida pela população de Ribeirópolis*”. A nota segue: “*às 12, 30, o prefeito local oferecerá, em sua residência, um almoço íntimo ao chefe do Estado*”. Ao fim do texto, um aviso: “*Clementino: Leia esta notícia às 11,45, sem falta*”. Assina um certo “Bezerra”. Tratava-se de João Bezerra, cronista e locutor responsável ainda pela elaboração de programas. A impressão sobre a viagem era previamente construída⁴⁷. A criação do DPDE colocou em funcionamento um conjunto de mecanismos dedicados a intervir na leitura da realidade feita pelos cidadãos sergipanos. A nota de Bezerra indicia o quanto foi preciso se esforçar para isto. Indicia também que a voz radiofônica, tímida antes do da criação do rádio em Sergipe, obteve após a instalação de uma radiodifusora e através do trabalho daquele “*notável empreendimento*”. Notável e perigoso.

RESUMO

O artigo analisa a criação do departamento estadual de imprensa e propaganda e o surgimento da primeira radiodifusora em Sergipe durante o Estado Novo. Focaliza o processo de implantação de uma precária estrutura voltada para a alimentação do mito Vargas em Sergipe, ressaltando as suas possíveis apropriações entre os políticos locais. Através do DPDE e da radiodifusora criada em Sergipe, observam-se mecanismos dedicados a intervir no imaginário social.

Palavras-Chave: Propaganda; Sergipe; Estado Novo.

ABSTRACT

This article analyses the process of creation and development of the Press and Propaganda State Department (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - DPDE) in Sergipe during the *Estado Novo*. It points the process with some problems about the broadcast to support the Vargas' Myth in Sergipe. Through the DPDE and of the station of radio created in Sergipe, some propaganda strategies are observed.

Keywords: Propaganda; Sergipe; Estado Novo.

⁴⁶ WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe* (Vol. 2: 1930-1972). Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

⁴⁷ APES, Cx. G7-133. s/d. Fundo Governo.